

Floresta amazônica, povos e biodiversidade: a realidade da comunidade Ribeirinha

Amazon rainforest, people and biodiversity: the reality of the riverside community

Elizarégia Reis de Castro

Submetido em: 05/03/2023

Aprovado em: 06/03/2023

Publicado em: 20/03/2023

DOI 10.51473/ed.al.v3i1.499

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo verificar a realidade da comunidade ribeirinha na floresta amazônica, bem como caracterizar a produção científica sobre as populações das águas em território brasileiro; Caracterizar o perfil das famílias residentes na comunidade tradicional ribeirinha. Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica e dados de documentos públicos. Concluiu-se que a dificuldade de acessibilidade da população ribeirinha tem como principais variáveis que influenciam nessa questão, a geografia do local, geralmente por localizações distantes dos centros urbanos ou de difícil acesso à comunidade muitas vezes só é possível pelo rio.

Palavras-chave: Floresta amazônica, biodiversidade, Ribeirinhos.

ABSTRACT

This study aims to verify the reality of the riverside community in the Amazon rainforest, as well as to characterize the scientific production on the populations of the waters in Brazilian territory; Characterize the profile of families residing in the traditional riverside community. As a methodology, bibliographical research and data from public documents were used. It was concluded that the difficulty of accessibility for the riverside population has as main variables that influence this issue, the geography of the place, usually due to locations far from urban centers or difficult access to the community, which is often only possible by the river.

Keywords: Amazon rainforest, biodiversity, Ribeirinhos.

1 INTRODUÇÃO

São poucas as investigações científicas na região da Amazônia (AM) e as existentes ainda estão em fases iniciais. Tais desafios estão relacionados ao fato de que a Amazônia, ao contrário de outras regiões brasileiras e sul-americanas, representa uma miscigenação étnica que envolve pelo menos 184 povos indígenas, comunidades tradicionais ribeirinhas, que ainda vivem na beira dos rios e igarapés, com acesso difícil e restrito, além da população urbana que está fortemente concentrada em Manaus (considerada uma cidade-estado) (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2018).

Outro aspecto que chama a atenção em populações longevas da Amazônia são os hábitos alimentares, investigações prévias já realizadas em ribeirinhos que vivem no interior da selva amazônica sugeriram que a alimentação baseada no consumo do pó da semente de guaraná, poderia ter impacto benéfico na saúde dos mesmos diminuindo a prevalência de riscos a doenças cardiovasculares, como a síndrome metabólica (Ferreira MJ, Rigotto RM, 2014).

Ainda, outro estudo realizado sugere que os ribeirinhos que consomem habitualmente guaraná teriam uma melhor qualidade visual, quando comparado com os que pouco consumiam ou não consumiam guaraná (RUIZ, et al, 2016).

Deste modo, essa pesquisa traz em seu bojo, uma reflexão sobre território, memória, identidade cultural e habitação dessas populações tradicionais da Amazônia brasileira, para entender as configurações dessas categorias para emancipação social desses povos.

1 Estudos sobre essa temática pode favorecer uma maior visibilidade da realidade dessas populações, bem como suas necessidades, anseios, de modo a demonstrar caminhos possíveis para uma emancipação democrática e participativa.

A finalidade deste estudo, além de trazer informações importantes sobre o assunto abordado, traz, de um modo geral e de forma mais explícita uma aproximação com a realidade atual da sociedade.

A vantagem de um estudo como esse não é apenas a informação apresentada nele, mas toda a metodologia usada para desenvolver essas informações, o conhecimento acerca do assunto que é repassado a quem o lê.

Aqui, estão filtradas informações importantes de diversas fontes de pesquisa, focadas na melhor forma de repassar o conhecimento adquirido sobre o assunto ao longo desses anos de estudo.

Assim, o tema gerador desta pesquisa foi escolhido visando à necessidade de aprofundar conhecimentos a respeito da realidade das populações ribeirinhas existentes na floresta amazônica brasileira, proporcionando material de estudo para profissionais e estudantes.

Assim, tem-se como objetivo analisar a realidade da comunidade ribeirinha na floresta amazônica. Como objetivos específicos: Caracterizar a produção científica sobre as populações das águas em território brasileiro; Caracterizar o perfil das famílias residentes na comunidade tradicional ribeirinha.

Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica e dados de documentos públicos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Região da Amazônia

A transição demográfica vem ocorrendo em larga escala no Brasil. O fenômeno é dependente de fatores macroambientais, socioeconômicos e étnico culturais, guardando uma heterogeneidade e especificidade muito grande especialmente no Brasil por ser um país tão extenso (Borja, 2014).

Seguindo esse padrão de mudança demográfica, as populações da região amazônica, tomando-se como referência o Estado do Amazonas, estão experimentando um forte declínio nos níveis de fecundidade e mortalidade e, por consequência, um aumento da expectativa de vida ao nascer. Em 2015 o Brasil apresentava uma esperança de vida ao nascer de 75,5 anos, no estado do Amazonas este índice esteve mais baixo: 71,7 anos (CARVALHO, et al, 2014).

A Amazônia compreende a região da Bacia do rio Amazônia, a mais vasta do planeta, constituindo 25.000km de rio navegável, em cerca de 6,9 milhões km² com 3,8 milhões de km² em território Brasileiro. A Amazônia brasileira cobre 59% do território do país em nove estados, incluindo 772 municípios (VAZ, et al, 2018).

Segundo o censo de 2010, a população total nesta região era aproximadamente 24,5 milhões, sendo que 72,2% dos habitantes vivem em áreas urbanas. Essa região tem uma baixa densidade demográfica (4,86 pessoas/km²) em comparação com a densidade nacional (22,4 pessoas/km²) (VAZ, et al, 2018).

Um intenso processo urbanização está ocorrendo na região, mas essa tendência contrasta com o estilo de vida rural das populações tradicionais (grupos indígenas, habitantes do rio, seringueiros) (VAZ, et al, 2018).

Além dos nativos indígenas, a região atualmente é habitada por ribeirinhos conhecidos popularmente como caboclos Amazônicos. Os caboclos são um povo mestiço de língua portuguesa que se considera um grupo “quase étnico” são reconhecidos como parte da história da Amazônia. Localmente, os caboclos/povos tradicionais são referidos como ribeirinhos (Borja, 2014).

As populações amazônicas possuem as características demográficas diferenciais em relação a outras partes do Brasil: (1) baixa densidade demográfica regional, segundo o IBGE existe cerca de 22 milhões de habitantes distribuídos em três milhões e meio de Km² (2) alto índice de crescimento por migração observado fortemente nas três últimas décadas; (3) alta concentração urbana na capital do estado e região metropolitana; (4) uma estimativa de seis milhões de indivíduos que compõem os chamados povos tradicionais (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2018).

2.2 A invisibilidade das Populações do Campo, da Floresta e das Águas como um problema de raízes históricas

A população amazônica é constituída de povos negros, indígenas e brancos, considerados caboclo amazônica em virtude na miscigenação de raças. A população ribeirinha é composta por trabalhadores que vivem do extrativismo, pesca e do artesanato, sendo o rio o elemento central da sua vida econômica, cultural e social.

No Baixo Amazonas, a denominação de ribeirinhos é relativa, uma vez que algumas comunidades se identificam como varzeiros, mesmo que desempenhe atividades ao longo do rio Amazonas, o que os caracteriza como um grupo social de ribeirinhos (CANTOS, 2007).

Pode-se considerar o rio como uma extensão das casas dos ribeirinhos, já que ocorre uma interação econômica e cultural com o meio, fazendo-se importante preservar e reconhecer sua identidade, entendendo os padrões de comportamento social do ponto de vista físico, ambiental e ecológico.

De modo a melhorar o acesso para as populações ribeirinhas, políticas públicas foram instituídas, como

o Programa Mais Médicos, da Lei n. 12.871, de 22 de outubro de 2013, que é considerada uma estratégia de fortalecimento da atenção básica no Brasil. Esses médicos vieram de Cuba por meio desse programa e atenderam em locais de alta vulnerabilidade social, destacando-se os quilombolas e ribeirinhos (SILVA et al., 2017).

Contudo em 2019, o Programa Mais Médicos deixou de existir e a situação de desigualdade no acesso à saúde em áreas mais remotas voltou a ser destaque. Para serem atendidos, a população das águas e das florestas precisam percorrer uma média de 80 quilômetros para obter atenção básica e se precisarem de atendimento emergencial, a distância pode ultrapassar a marca de 400 quilômetros. Com a carência de recursos para tratamento técnico-científico de saúde, o uso de remédios caseiros a base de ervas medicinais para sanar problemas de saúde ainda persistem (FRANCO, et al, 2015). Esse fato evidencia a invisibilidade da população ribeirinha e demonstra a necessidade de maior atenção a essas populações (AGÊNCIA EFE, 2018).

A questão da posse de terra é uma relação que impacta a população ribeirinha, mas também intervém no preço dos alimentos nas cidades, uma vez que ao modificar o trabalho no campo, ocorre alterações no sistema produtivo dos agricultores. Além disso, as condições de serviços dessas populações, impõem a buscarem atendimento de seus direitos nas cidades.

Importa destacar que acessibilidade de políticas de educação, saúde e direitos já atinge os piores índices nas áreas de invisibilidade, demonstrando o desapareço e invisibilidade pelo Estado (CAMPOS, 2013).

É, portanto, fundamental instituir políticas públicas que forneçam qualificação de mão de obra, assistência, boa infraestrutura, educação, saúde e habitação, pois é diante de situações de sobrevivência que as populações acabam migrando para as cidades em busca de oportunidades (SILVA, 2011).

Contudo, sem escolaridade e baixo poder aquisitivo, esses trabalhadores se tornam alvo fácil para exaustivas jornadas de trabalho e exploração de mão de obra (SANTANA et al., 2016).

O modo de vida dessa população não se insere no âmbito capitalista e não participam do mercado de trabalho convencional, mas os ribeirinhos no território amazônico são capazes de se sustentarem do extrativismo e da pesca, devendo a questão ambiental ser pensada evitando assoreamento de rios e perda de árvores importantes para essas populações.

Por território, entende-se não apenas como espaço geográfico, mas como um ambiente de memória, sendo o lugar em que os ribeirinhos desenvolvem seus costumes e a cultura como um artefato social engloba significados do modo de morar e trabalhar (BARTH, 2000).

A luta por território é o meio de os ribeirinhos garantirem o uso de suas terras e recursos, bem como praticar sua cultura e fé, orientados pela relação com o passado e expectativas para o futuro (BARTH, 2000).

Além disso, essa população não vive isolada somente pela posição geográfica, mas também culturalmente, em que o próprio rio se torna uma barreira de acesso e ao mesmo tempo um campo de oportunidades.

Com relação às habitações dos ribeirinhos, há um predomínio de casas feitas de madeira, palha ou barro, com no máximo três compartimentos e ausência de serviços de energia elétrica e de conforto. As paredes em geral são decoradas com fotografias de familiares e imagens de santos.

Apesar dos avanços na construção de condições habitacionais no Brasil, este ainda se apresenta como um problema social e econômico não superado, com grande impacto na organização urbana, seja pela necessidade de infraestrutura, seja pelas pressões de regularização fundiária e de preservação ambiental, decorrentes das formas alternativas de sobrevivência e de habitação, realizadas pela população de baixa renda para a produção da moradia.

O curso da política habitacional brasileira é marcada por muitos anos de desafios, para o acesso de moradia em condições dignas, destacando-se a comunidade rural e as comprovações científicas sobre os fatores arrolados à habitação como determinantes de saúde (COHEN et al., 2012).

Conceituando ruralidades, Candiotto e Corrêa (2018) explicam que há duas correntes, a primeira entende a ruralidade como um processo de valorização do meio rural, sendo a mesma disseminada pelas instituições globais por meio de financiamentos e políticas públicas. Já uma segunda corrente a conceitua como uma realidade empírica, construída, sobretudo de forma endógena.

Em relação a esse assunto, o autor Biazzo (2009, p. 19) elucida que:

[...] em ambos espaços se manifestam identidades sociais que configuram ruralidades e urbanidade. Em paisagens do campo e das cidades (formas, conjuntos de objetos) existem urbanidades e ruralidade (conteúdos – heranças, origens, hábitos, relações, conjunto de ações) que se combinam, gerando novas territorialidades, admitindo-se que cada local ou região pode abrigar diferentes territorialidades superpostas, relativas a diferentes atores sociais.

Deste modo, entende-se que o termo “rural” não se trata mais somente de um espaço e, sim expressa as

relações sociais nela inseridas e “ruralidade” compreende um rural moldado socialmente (CARDOSO, 2022).

Considera-se o termo população rural, por englobar a população do campo, floresta e das águas, demonstrando sua pluralidade e diversidade (PESSOA; ALMEIDA; CARNEIRO, 2018).

A existência dos serviços públicos adjacente da população é pré-requisito para viver com qualidade de vida, sendo possível trabalhar em articulação entre redes, por meio de parceiras, como meio de promover o acesso à cidadania, para que as necessidades básicas sejam supridas em destaque para a igualdade e universalização de direitos humanos (CARVALHO; RODRIGUES, 2016).

Quanto aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), em 2012, o déficit em abastecimento de água no país é maior em pequenos municípios e zonas rurais, destacando a importância do saneamento básico para a saúde pública, devendo o Estado adotar políticas públicas para que a qualidade ambiental seja mais ponderável.

Sobre o saneamento, Borja (2014) menciona que as políticas públicas ainda estão longe de garantir o direito ao saneamento básico no país, enfrentando desafios de diferentes dimensões, destacando-se a político-ideológica, a de financiamento, a da matriz tecnológica, e de controle social, dentre outras.

Neste sentido, os ribeirinhos enfrentam além dos riscos das suas atividades profissionais, a problemática ambiental relacionada à poluição química das indústrias e à falta de saneamento básico, devendo-se acrescentar a dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

Dificuldades no acesso à educação, ao saneamento básico e aos serviços de saúde marcam especialmente as desigualdades geográficas e sociais entre grupos minoritários, denotando o que precisa ser melhorado acerca da prestação de serviços de saúde à população, principalmente em questão do acesso aos serviços de saúde, sobretudo quando se relaciona com a população rural.

Garnelo et al (2018) analisaram a extensão da cobertura que encobre barreiras de acesso geográfico para equipes de saúde da família, sendo encontrados dificuldades no acolhimento à demanda espontânea, agendamento de consulta e disponibilidade de transporte para o atendimento também foram reportadas.

A problemática da distância das populações ribeirinhas se caracteriza pelo baixo nível econômico e acesso limitado às cidades, e as limitações geográficas, são consideradas barreiras ao acesso de serviços de saúde e qualidade de vida (GAMA, et al, 2018).

A dificuldade de acesso é comentada por Barroso, Melo e Guimarães (2014), evidenciando que quanto maior o nível de complexidade, maior a dificuldade de acesso para os moradores de populações rurais.

A complexidade cultural e geográfica da região amazônica traz dificuldades ainda para o acesso à educação, incluindo número insuficiente de escolas e falta de professores para disciplinas específicas (ARAÚJO; SILVA, 2015).

Com famílias numerosas, os filhos acabam também por usar a força do trabalho para ajudar na economia familiar, e dificilmente conseguem chegar ao ensino superior, incluindo a falta de transporte eficiente e escolas nas proximidades (CARDOSO, 2022).

Carvalho et al (2014) verificaram em seus estudos que o trabalho inicia muitas vezes na infância sendo considerado pelas populações ribeirinhas como uma questão normal e necessária para complementar a renda e transmitir a profissão para as novas gerações.

Em épocas de enchentes, a situação se agrava, pois algumas áreas povoadas ficam alagadas e a locomoção dos moradores se torna ainda mais difícil, precisando caminhar por muitos quilômetros para chegar à escola.

Conforme Gonçalves et al (2021), as inundações geralmente ocorrem quando a precipitação é intensa e a quantidade de água que chega juntamente ao rio é maior que à sua capacidade de drenagem, resultando no transbordamento de suas águas as áreas ribeirinhas.

As principais variáveis naturais para a ocorrência de inundação são o relevo, a quantidade e intensidade das chuvas, cobertura vegetal, e capacidade de drenagem do solo. Já as principais condições artificiais decorrem do uso e manejo do solo, como obras hidráulicas, grau de impermeabilização do solo, desmatamento e reflorestamento (GOLDONI; VESTENA, 2006).

4

Para Franco et al. (2015) a invisibilidade da população da floresta e das águas se deve às raízes históricas do país, prevalecendo por muitos anos a concepção de um país dividido em população urbana e população do campo, esquecendo-se daqueles que viviam na floresta e nas margens dos rios.

Para Santos (2003) essa invisibilidade são meios de manter o poder colonial e as lutas dos povos tradicionais se adaptam na perspectiva da emancipação social. Os povos ribeirinhos buscam permanecer no território tradicional impondo-se à desumanização colonial que os condenou à condição de oprimidos.

Para Freire (2005), somente por meio da educação desses oprimidos, como sujeitos históricos sociais é possível terem condições de assumir suas vozes e suas memórias para assim, lutar por seus direitos.

Neste sentido, verifica-se que além da problemática histórica de invisibilidade, essas populações enfrentam também a carência de estudos que permitam desenvolver essa pesquisa de forma mais aprofundada.

CONCLUSÃO

Este estudo demonstrou a dificuldade de acesso aos serviços básicos da população ribeirinha tendo como situações que atuam nessa questão, a geografia do território e a distância ou difícil acesso às cidades já que a locomoção muitas vezes só é possível pelo rio.

Faz-se importante reportar a ausência de pesquisas sobre a realidade das populações ribeirinhas, podendo-se constatar que os artigos e obras selecionados para esta pesquisa são distintos quanto aos objetivos, o que dificulta uma discussão focada sobre o assunto, em especial quando se trata de comunidades ribeirinhas, tendo sua invisibilidade ampliada para além das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

Agência EFE. Saída de médicos cubanos expõe desigualdade na saúde do Brasil. **G1**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/09/saida-de-medicos-cubanos-expoe-desigualdade-na-saude-do-brasil.ghtml>

Barroso Sabrina Martins, Melo Ana Paula, Guimarães Mark Drew Crosland. Fatores associados à depressão: diferenças por sexo em moradores de comunidades quilombolas. *Rev. bras. epidemiol.* [Internet]. 2015, June [cited 2019 Oct 26]; 18(2): 503-514.

Barth, Frederick. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra C'P' Livraria, 2000.

Bonadiman BSR, Cadoná FC, Assmann CL, et al. Guarana (*Paullinia cupana*): Cytoprotective effects on age-related eye dysfunction. *Journal of Functional Foods*. 2017; v. 36 (2017): 375–386.

Borja PC. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. *Saúde e Sociedade*. 2014;23:432-47.

Brasil. Pesquisa nacional de saúde: 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e unidades da federação / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Políticas de promoção da equidade em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

Cardoso, Aparecida Mendes. Agricultura familiar e as políticas públicas de desenvolvimento no Vale do Ribeira em SP. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**. ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP, ano II, v.2, n. 2, jul./dez. 2022.

Carmo, Eraldo Souza. Processos educacionais e as estratégias de municipalização do ensino no município de Breves no arquipélago do Marajó. 2010. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, 2010.

5

Carvalho IG, Rêgo RD, Larrea-Killinger C, da Rocha JC, Pena PG, Machado LO. Towards a dialogue of knowledge between subsistence fishermen, shellfish gatherers and environmental labor law. *Ciencia & saude coletiva*. 2014 Oct 1;19(10):4011.

Ferreira MJ, Rigotto RM. Epistemological/methodological contributions to the fortification of an emancipatory con (science). *Ciencia & saude coletiva*. 2014 Oct;19(10):4103-11.

Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Gama AS, Fernandes TG, Parente RC, Secoli SR. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. 2018 Feb 19;34:e00002817.

Garnelo L, Lima JG, Rocha ES, Herkrath FJ. Acesso e cobertura da Atenção Primária à Saúde para populações rurais e urbanas na região norte do Brasil. *Saúde em Debate*. 2018;42:81-99.

Gonçalves LPM, et. al, Estudo de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações na região urbana de Patos de Minas, Minas Gerais. *RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber*. ISSN: 2675-9128. São Paulo, v. 06, p. 01-42, jun. 2021.

Nascimento MN, Oliveira IF. Ações das equipes volantes de CRAS no interior do Rio Grande do Norte. *Estudos de Psicologia (Natal)*. 2018 Jun;23(2):122-32.

Pessoa VM, Almeida MM, Carneiro FF. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? *Saúde em Debate*. 2018;42:302-14.

Ruiz EN, Santos VF, Gerhardt TE. Mediações na atenção à saúde sob a ótica da Teoria da Dádiva: a saúde da população rural em destaque. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 2016;26:829-52.

Santos, Boaventura de Souza. Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 2003, p. 3-76. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_RCCS65.PDF.

Vaz MR, Bonow CA, Abreu DP, Vaz JC, Mello MC, Xavier DM. Rural workload and factors associated with the use of medication by elderly people. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. 2018;52.